

Assembleia da República
Gabinete do Presidente
N.º de Entrada **331730**
050902
Data **09/11** Número **06**



- REQUERIMENTO Data Número /XI (.ª)
 PERGUNTA Número 164/XI (1 .ª)

Expeça-se
Publique-se
09/11/2009
Q Secretário da Mesa <i>Recorreio</i>

Assunto: Situação de incerteza e insegurança na comunidade artística por liquidação de IVA face à multiplicidade de critérios utilizados pela Administração Fiscal

*Por determinação de S.º S.º P.º A.º. à
Sra. Secretária da Mesa*

Destinatário: Ministério das Finanças e da Administração Pública

09.11.09

[Handwritten signature]

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve conhecimento, através da GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas e Intérpretes, de que a Administração Fiscal procedeu recentemente a uma alteração do entendimento do conceito de promotor, para efeitos da isenção prevista na alínea a) do n.º 15 do art. 9º do Código do Imposto de Valor Acrescentado (CIPA).

Este novo entendimento começou a ser aplicado, sem qualquer fundamentação, em 2008 e foi posteriormente explanado em despacho da Direcção Geral das Finanças, emitido, em 15.01.2009, em resposta a um pedido de informação vinculativa da GDA.

Esta alteração criou uma situação de incerteza e de insegurança na comunidade artística, uma vez que a Administração Fiscal não detém uma resposta única face a esta alteração, obtendo os profissionais respostas diferentes consoante os Serviços de Finanças a que se deslocam. Nesta medida, permanece a comunidade artística sem um cabal esclarecimento sobre a sua situação jurídico-tributária para efeitos de IVA.

Esta situação de incerteza tem levado à suspensão de pagamentos dos *cachets*, uma vez que as entidades pagadoras e os artistas não querem correr riscos enquanto não estiverem aptos a efectuar a sua correcta qualificação.

Por outro lado, algumas entidades pagadoras têm exigido a liquidação de IVA nas respectivas facturas, acertos efectuados à custa dos rendimentos e das já curtas margens dos artistas. Noutros casos, já em sede de inspecções fiscais, a Administração Fiscal tem recomendado aos artistas que, de

motu proprio, procedam às alterações cadastrais por aquela pretendida, sob cominação de, não o fazendo, esta proceder ao levantamento do respectivo auto de contra-ordenação, não havendo porém qualquer documento que reduza a escrito estas recomendações e cominações.

Muitos artistas têm sido alvo de inspecções, com aplicação do referido entendimento a períodos de tributação passados (nalguns casos desde 2004), não a coberto – à data das inspecções em concreto – do respectivo prazo de caducidade de quatro anos.

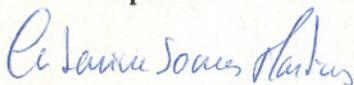
Saliente-se que a GDA enviou à Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, em Setembro último, uma lista contendo a enumeração de alguns dos artistas a quem está a ser indevidamente liquidado IVA, alguns tendo sido mesmo alvo de execuções fiscais e até de penhoras, não tendo sido obtida, até à data, qualquer resposta.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigida ao Governo, através do Ministério das Finanças e da Administração Pública, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento de situações de liquidação de IVA baseadas na alteração do conceito de promotor para efeitos da isenção de IVA prevista na alínea a) do nº 15 do artigo 9º do IVA?
2. Tem o Governo conhecimento de casos de aplicação retroactiva do entendimento de promotor explanada no despacho da Direcção Geral dos Impostos de 15 de Janeiro de 2009?
3. Tem o Governo conhecimento das diferentes interpretações da alínea a) do nº 15 do artigo 9º do IVA que a Administração Fiscal faz e das disparidades locais no tratamento desta questão?
4. Que medidas tem vindo o Governo a adoptar no sentido de corrigir a presente situação e promover a clarificação do conceito de promotor para efeitos da isenção de IVA prevista na alínea a) do nº 15 do artigo 9º do IVA?

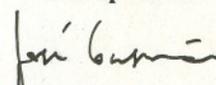
Palácio de São Bento, 5 de Novembro de 2009.

A Deputada



Catarina Martins

O Deputado



José Gusmão